



# ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

ESTADO DA PARAÍBA



JOÃO PESSOA, PB

PROJETO DE LEI Nº 133/94

DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA-TRIBUNAL DE  
JUSTIÇA- Modifica Dispositivo da Lei Nº 5.573/92, com a  
Redação dada pela Lei Nº 5.831.

## Distribuição

REGISTRADO EM 06 /10/ 94

CONSTOU NO EXPEDIENTE

EM 06 /10/ 94

ENC. AO SECRETÁRIO LE-

GISLATIVO P/ PARECER

EM 06 /10/ 94

DECISÃO DO PLENÁRIO

EM / /

PUBLICADO NO DPL

EM / /



Poder Judiciário do Estado da Paraíba  
Tribunal de Justiça

1. Divisão de Assistência ao Plenário

Em 05/10/1994  
Fol. 10  
Secretário Legislativo

SA/188 - Ofício

João Pessoa, 29 de setembro de 1994



Para apreciação dessa Casa Legislativa, estou encaminhando a Vossa Excelência, em anexo, o Projeto de Lei aprovado pelo Colendo Tribunal Pleno, em sessão ontem realizada, expediente que visa modificar dispositivo da Lei nº 5.573/92 com a redação dada pela Lei nº 5.831/93.

Respeitosos cumprimentos,

Des. JOAQUIM SÉRGIO MADRUGA

P R E S I D E N T E

Assessoria ao Plenário  
Constou no Expediente

Em 06/10/94  
João M. B. Albuquerque  
Diretor da Ass. ao Plenário

Exmo. Senhor

Deputado GILVAN FREIRE

MD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N E S T A

~~~~~

sfl/.

Ao Secretário Legislativo

Em 30/10/94

Itapuan Botto Targino  
Secretário Geral



Poder Judiciário do Estado da Paraíba  
Tribunal de Justiça



PROJETO DE LEI Nº 133 / 94

MODIFICA DISPOSITIVO DA LEI Nº 5.573/92, COM A  
REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 5.831.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA decreta:

Art. 1º - O Inciso IV, do parágrafo 8º, do art. 2º, da Lei nº 5.573, de 29 de abril de 1992, com a redação dada pelo art. 3º, da Lei nº 5.831, de 20 de novembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º - .....

.....

Parágrafo 8º - .....

I - .....

II - .....

III - .....

IV - Para o nível D, os que estejam cursando o nível superior; ou tenham vinte e um anos e um dia de serviço público.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de novembro de 1993.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES, em 28 de setembro de 1994.

  
Des. JOAQUIM SÉRGIO MADRUGA  
P R E S I D E N T E



*Poder Judiciário do Estado da Paraíba*  
*Tribunal de Justiça*



**J U S T I F I C A T I V A**

Quando da feitura e aprovação, por este Egrégio Tribunal de Justiça, do anteprojeto de lei que, encaminhado e aprovado pela Assembléia Legislativa do Estado, foi transformado na Lei nº 5.831, de 20 de dezembro de 1993, a redação dada ao inciso IV, do art. 2º, parágrafo 8º, foi exatamente a que se propõe no presente anteprojeto, isso porque em todos os demais incisos do mencionado parágrafo 8º, do art. 2º, - para se dar a ascensão do servidor, de um nível vertical para outro, - adotou-se como critério o tempo de serviço público ou o mérito do servidor.

Acontece que ao inciso IV da referida Lei, cuja alteração ora se propõe, foi dada redação diferente, ou seja, "Para o nível D, os que estejam cursando nível superior; e tenham vinte e um anos e um dia de serviço público".

O texto vigente, pois, destoa do critério que inspirou a definição dos demais incisos, ou seja, incisos I, II, III e V, do referido artigo 2º da Lei 5.573/92 com a redação dada pela Lei nº 5.831/93 que, relativamente à promoção de um nível para outro, exige do servidor tenha ele o tempo de serviço ou o merecimento previsto em lei. Por que, então, e exclusivamente para a promoção ao nível D exigir-se o tempo de serviço e, ainda, que esteja cursando o nível superior? Impõe-se, pois, a correção do texto legal em vigor, na forma ora proposta, não só para evitar, como dito, a quebra da *mens legis*, como, ainda, por respeito ao princípio constitucional da isonomia.



# ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

ESTADO DA PARAÍBA



JÓÃO PESSOA, PB

PROJETO DE LEI Nº 133/94

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA-TRIBUNAL DE  
JUSTIÇA- Modifica Dispositivo da Lei Nº 5.573/92, com a  
Redação dada pela Lei Nº 5.831.

## Distribuição

REGISTRADO EM 06 /10/ 94

CONSTOU NO EXPEDIENTE  
EM 06 /10/ 94

ENC. AO SECRETÁRIO LE-  
GISLATIVO P/ PARECER  
EM 06. 10. 94

DECISÃO DO PLENÁRIO  
EM / /

PUBLICADO NO DPL  
EM / /



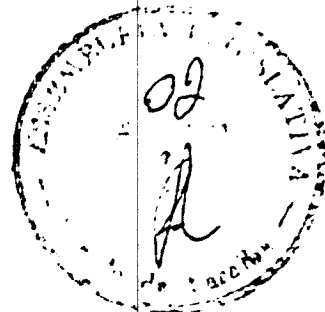
A Direção de Assistência ao Plenário

Em 05/10/1994  
Férriz Filho  
Secretário Legislativo

Poder Judiciário do Estado da Paraíba  
Tribunal de Justiça

SA/188 - Ofício

João Pessoa, 29 de setembro de 1994



Para apreciação dessa Casa Legislativa, estou encaminhando a Vossa Excelência, em anexo, o Projeto de Lei aprovado pelo Colendo Tribunal Pleno, em sessão ontem realizada, expediente que visa modificar dispositivo da Lei nº 5.573/92 com a redação dada pela Lei nº 5.831/93.

Respeitosos cumprimentos,

Des. JOAQUIM SÉRGIO MADRUGA

P R E S I D E N T E

Assessoria ao Plenário  
Constou no Expediente

Em 06/10/94  
Joaquim S. Madruga  
Diretor da Ass. ao Plenário

Exmo. Senhor

Deputado GILVAN FREIRE

MD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N E S T A

=====

sfl/.

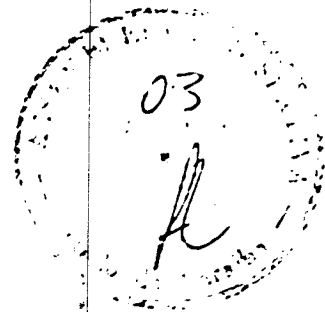
Ao Secretário Legislativo

Em 30/09/94

Itapuan Botto Targino  
Secretário Geral



Poder Judiciário do Estado da Paraíba  
Tribunal de Justiça



PROJETO DE LEI Nº 133 / 94

MODIFICA DISPOSITIVO DA LEI Nº 5.573/92, COM A  
REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 5.831.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA decreta:

Art. 1º - O Inciso IV, do parágrafo 8º, do art. 2º, da Lei  
nº 5.573, de 29 de abril de 1992, com a redação dada pelo art. 3º, da  
Lei nº 5.831, de 20 de novembro de 1993, passa a vigorar com a seguin-  
te redação:

Art. 2º - .....  
.....

Parágrafo 8º - .....

I - .....

II - .....

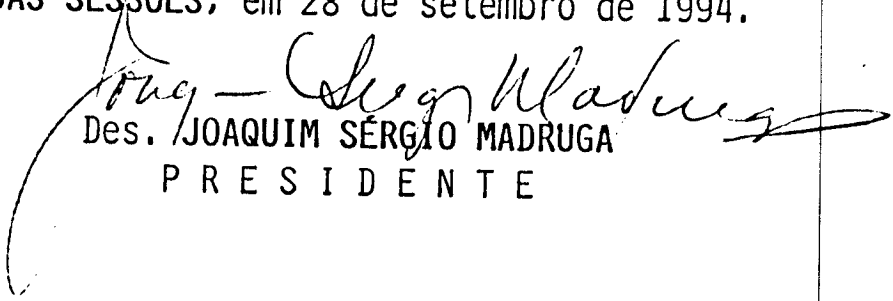
III - .....

IV - Para o nível D, os que estejam cursando o nível supe-  
rior; ou tenham vinte e um anos e um dia de serviço público.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publica-  
ção, retroagindo seus efeitos a 1º de novembro de 1993.

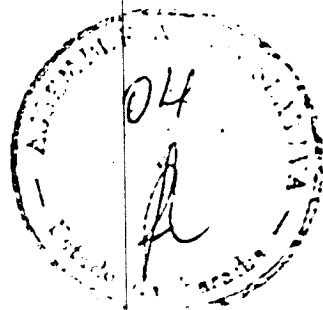
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES, em 28 de setembro de 1994.

  
Des. JOAQUIM SÉRGIO MADRUGA  
P R E S I D E N T E



*Poder Judiciário do Estado da Paraíba*  
*Tribunal de Justiça*



**J U S T I F I C A T I V A**

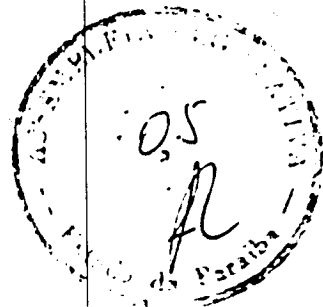
Quando da feitura e aprovação, por este Egrégio Tribunal de Justiça, do anteprojeto de lei que, encaminhado e aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado, foi transformado na Lei nº 5.831, de 20 de dezembro de 1993, a redação dada ao inciso IV, do art. 2º, parágrafo 8º, foi exatamente a que se propõe no presente anteprojeto, isso porque em todos os demais incisos do mencionado parágrafo 8º, do art. 2º, - para se dar a ascensão do servidor, de um nível vertical para outro, - adotou-se como critério o tempo de serviço público ou o mérito do servidor.

Acontece que ao inciso IV da referida Lei, cuja alteração ora se propõe, foi dada redação diferente, ou seja, "Para o nível D, os que estejam cursando nível superior; e tenham vinte e um anos e um dia de serviço público".

O texto vigente, pois, destoa do critério que inspirou a definição dos demais incisos, ou seja, incisos I, II, III e V, do referido artigo 2º da Lei 5.573/92 com a redação dada pela Lei nº 5.831/93 que, relativamente à promoção de um nível para outro, exige do servidor tenha ele o tempo de serviço ou o merecimento previsto em lei. Por que, então, e exclusivamente para a promoção ao nível D exigir-se o tempo de serviço e, ainda, que esteja cursando o nível superior? Impõe-se, pois, a correção do texto legal em vigor, na forma ora proposta, não só para evitar, como dito, a quebra da mens legis, como, ainda, por respeito ao princípio constitucional da isonomia.



ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
CASA DE EPITÁCIO PESSOA



Registrado no Livro do Plenário  
às Fls. 133 de 142 133/94  
em 06 de 10 de 94

Publicado no Diário do Poder  
Legislativo de 1 de 1  
de 10 de 10

SECRETÁRIO

Remetido à Secretaria Legislativa  
Em 06 de 10 de 94  
Francisco S. Ribeiro  
Diretor da Ass. ao Plenário



# ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

ESTADO DA PARAÍBA



JOÃO PESSOA, PB

PROJETO DE LEI Nº 133/94

DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA-TRIBUNAL DE  
JUSTIÇA- Modifica Dispositivo da Lei Nº 5.573/92, com a  
Redação dada pela Lei Nº 5.831.

## Distribuição

REGISTRADO EM 06 /10/ 94

CONSTOU NO EXPEDIENTE  
EM 06 /10/ 94

ENC. AO SECRETÁRIO LE-  
GISLATIVO P/ PARECER  
EM 06 /10/ 94

DECISÃO DO PLENÁRIO  
EM / /

PUBLICADO NO DPL  
EM / /

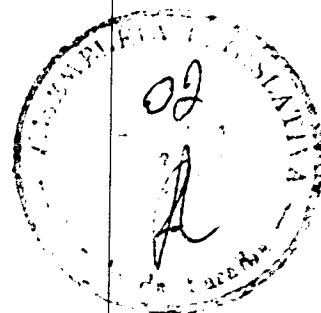


1 Divisão de Assessoria ao Plenário  
Em 05 10 /1994  
Felix [illegible] [illegible]  
Secretário Legislativo

Poder Judiciário do Estado da Paraíba  
Tribunal de Justiça

SA/188 - Ofício

João Pessoa, 29 de setembro de 1994



Para apreciação dessa Casa Legislativa, estou encaminhando a Vossa Excelência, em anexo, o Projeto de Lei aprovado pelo Colendo Tribunal Pleno, em sessão ontem realizada, expediente que visa modificar dispositivo da Lei nº 5.573/92 com a redação dada pela Lei nº 5.831/93.

Respeitosos cumprimentos,

*José Sérgio Madruga*  
Des. JOAQUIM SÉRGIO MADRUGA

P R E S I D E N T E

Assessoria ao Plenário  
Constituiu no Expediente

Em 06, 10, 94  
*[illegible]*  
Diretor da Ass. ao Plenário

Exmo. Senhor

Deputado GILVAN FREIRE

MD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado

N E S T A

=====

sf1/.

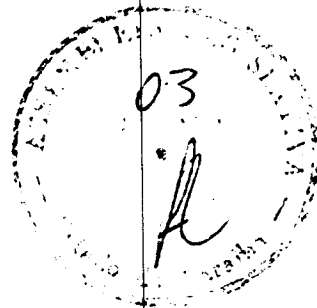
Ao Secretário Legislativo

Em 30, 09, 94

*[illegible]*  
Jtapan Botto Targino  
Secretário Geral



Poder Judiciário do Estado da Paraíba  
Tribunal de Justiça



PROJETO DE LEI Nº 133 / 94

MODIFICA DISPOSITIVO DA LEI Nº 5.573/92, COM A  
REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 5.831.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA decreta:

Art. 1º - O Inciso IV, do parágrafo 8º, do art. 2º, da Lei nº 5.573, de 29 de abril de 1992, com a redação dada pelo art. 3º, da Lei nº 5.831, de 20 de novembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º - .....

Parágrafo 8º - .....

I - .....

II - .....

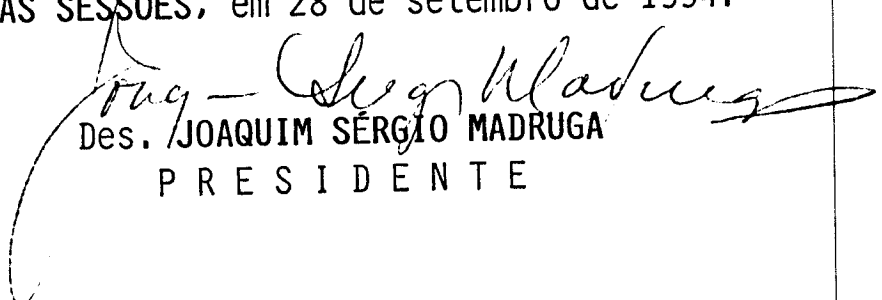
III - .....

IV - Para o nível D, os que estejam cursando o nível superior; ou tenham vinte e um anos e um dia de serviço público.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de novembro de 1993.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES, em 28 de setembro de 1994.

  
Des. JOAQUIM SÉRGIO MADRUGA  
P R E S I D E N T E



*Poder Judiciário do Estado da Paraíba*  
*Tribunal de Justiça*



**J U S T I F I C A T I V A**

Quando da feitura e aprovação, por este Egrégio Tribunal de Justiça, do anteprojeto de lei que, encaminhado e aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado, foi transformado na Lei nº 5.831, de 20 de dezembro de 1993, a redação dada ao inciso IV, do art. 2º, parágrafo 8º, foi exatamente a que se propõe no presente anteprojeto, isso porque em todos os demais incisos do mencionado parágrafo 8º, do art. 2º, - para se dar a ascensão do servidor, de um nível vertical para outro, - adotou-se como critério o tempo de serviço público ou o mérito do servidor.

Acontece que ao inciso IV da referida Lei, cuja alteração ora se propõe, foi dada redação diferente, ou seja, "Para o nível D, os que estejam cursando nível superior; e tenham vinte e um anos e um dia de serviço público".

O texto vigente, pois, destoa do critério que inspirou a definição dos demais incisos, ou seja, incisos I, II, III e V, do referido artigo 2º da Lei 5.573/92 com a redação dada pela Lei nº 5.831/93 que, relativamente à promoção de um nível para outro, exige do servidor tenha ele o tempo de serviço ou o merecimento previsto em lei. Por que, então, e exclusivamente para a promoção ao nível D exigir-se o tempo de serviço e, ainda, que esteja cursando o nível superior? Impõe-se, pois, a correção do texto legal em vigor, na forma ora proposta, não só para evitar, como dito, a quebra da *mens legis*, como, ainda, por respeito ao princípio constitucional da isonomia.

210/91  
214/91

01/92 Conselho Geral da Criança e Adolescente

24/92 - DESPESA PÚBLICA

29/92 - ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

71/92 - Sec. de Educação

---

16/91

Lei nº 5404 de 06/6/91  
DO 7/5/91

Lei nº 5397 de 24/4/91  
DO 23/04/91

19/91

143  
~~197~~/91

16/91



# ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

ESTADO DA PARAÍBA



JOÃO PESSOA, PB

PROJETO DE LEI Nº 133/94

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAIBA-TRIBUNAL DE JUSTIÇA- Modifica Dispositivo da Lei Nº 5.573/92, com a Redação dada pela Lei Nº 5.831.

## Distribuição

REGISTRADO EM 06 /10/ 94

CONSTOU NO EXPEDIENTE EM 06 /10/ 94

ENC. AO SECRETÁRIO LEGISLATIVO P/ PARECER

EM 06. 10. 94

DECISÃO DO PLENÁRIO

EM 1 / 1

PUBLICADO NO DPL

EM 1 / 1



Poder Judiciário do Estado da Paraíba  
Tribunal de Justiça

Assessoria de Assessoria ao Plenário  
Em 05/10/1994  
Secretário Legislativo

SA/188 - Ofício

João Pessoa, 29 de setembro de 1994



Para apreciação dessa Casa Legislativa, estou encaminhando a Vossa Excelência, em anexo, o Projeto de Lei aprovado pelo Colendo Tribunal Pleno, em sessão ontem realizada, expediente que visa modificar dispositivo da Lei nº 5.573/92 com a redação dada pela Lei nº 5.831/93.

Respeitosos cumprimentos,

Des. JOAQUIM SÉRGIO MADRUGA

P R E S I D E N T E

Assessoria ao Plenário  
Constituiu no Expediente

Em 06/10/94  
Diretor da Ass. ao Plenário

Exmo. Senhor

Deputado GILVAN FREIRE

MD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N E S T A

=====

sfl/.

Ao Secretário Legislativo  
Em 30/10/94  
Itapuan Botto Targino  
Secretário Geral



Poder Judiciário do Estado da Paraíba  
Tribunal de Justiça



PROJETO DE LEI Nº 133 / 94

MODIFICA DISPOSITIVO DA LEI Nº 5.573/92, COM A  
REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 5.831.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA decreta:

Art. 1º - O Inciso IV, do parágrafo 8º, do art. 2º, da Lei nº 5.573, de 29 de abril de 1992, com a redação dada pelo art. 3º, da Lei nº 5.831, de 20 de novembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º - .....

Parágrafo 8º - .....

I - .....

II - .....

III - .....

IV - Para o nível D, os que estejam cursando o nível superior; ou tenham vinte e um anos e um dia de serviço público.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de novembro de 1993.

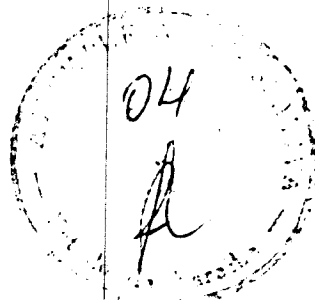
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES, em 28 de setembro de 1994.

  
Des. JOAQUIM SÉRGIO MADRUGA  
P R E S I D E N T E



*Poder Judiciário do Estado da Paraíba*  
*Tribunal de Justiça*



**J U S T I F I C A T I V A**

Quando da feitura e aprovação, por este Egrégio Tribunal de Justiça, do anteprojeto de lei que, encaminhado e aprovado pela Assembléia Legislativa do Estado, foi transformado na Lei nº 5.831, de 20 de dezembro de 1993, a redação dada ao inciso IV, do art. 2º, parágrafo 8º, foi exatamente a que se propõe no presente anteprojeto, isso porque em todos os demais incisos do mencionado parágrafo 8º, do art. 2º, - para se dar a ascensão do servidor, de um nível vertical para outro, - adotou-se como critério o tempo de serviço público ou o mérito do servidor.

Acontece que ao inciso IV da referida Lei, cuja alteração ora se propõe, foi dada redação diferente, ou seja, "Para o nível D, os que estejam cursando nível superior; e tenham vinte e um anos e um dia de serviço público".

O texto vigente, pois, destoa do critério que inspirou a definição dos demais incisos, ou seja, incisos I, II, III e V, do referido artigo 2º da Lei 5.573/92 com a redação dada pela Lei nº 5.831/93 que, relativamente à promoção de um nível para outro, exige do servidor tenha ele o tempo de serviço ou o merecimento previsto em lei. Por que, então, e exclusivamente para a promoção ao nível D exigir-se o tempo de serviço e, ainda, que esteja cursando o nível superior? Impõe-se, pois, a correção do texto legal em vigor, na forma ora proposta, não só para evitar, como dito, a quebra da *mens legis*, como, ainda, por respeito ao princípio constitucional da isonomia.



ESTADO DA PARAÍBA  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**  
CASA DE EPITÁCIO PESSOA

Ofício nº 1029

João Pessoa 24 de novembro de 1994.

Senhor Governador

Encaminho a Vossa Excelência o autógrafo do Projeto de Lei nº 133/94 de autoria do Tribunal de Justiça, que Modifica dispositivo da Lei nº 5.573/92, com a redação dada pela Lei nº 5.831/93.

Atenciosamente,

  
GILVAN FREIRE  
Presidente

Ao Senhor CICERO LUCENA  
GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA  
N E S T A



ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
CASA DE EPTÁCIO PESSOA

AUTÓGRAFO Nº 157  
PROJETO DE LEI Nº 133/94

Modifica Dispositivo da Lei nº 5.573/92,  
com a Redação dada pela Lei nº 5.831/93.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA

Art. 1º - O Inciso IV, do parágrafo 8º, do art. 2º. da Lei nº 5.573, de 29 de abril de 1992, com a redação dada pelo art. 3º, da Lei nº 5.831, de 20 de novembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º - .....

Parágrafo 8º - .....

I - .....

II - .....


III - .....

IV - Para o nível D, os que estejam cursando o nível superior; ou tenham vinte e um anos e um dia de serviço público.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de novembro de 1993.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, em João Pessoa  
24 de novembro de 1994.

  
GILVAN FREIRE  
Presidente



1. Divisão de Assistência ao Plenário

Em 05 10 /19 94  
Felix [assinatura] [assinatura]  
Secretário Legislativo

Poder Judiciário do Estado da Paraíba  
Tribunal de Justiça

SA/188 - Ofício

João Pessoa, 29 de setembro de 1994



Para apreciação dessa Casa Legislativa, estou encaminhando a Vossa Excelência, em anexo, o Projeto de Lei aprovado pelo Colendo Tribunal Pleno, em sessão ontem realizada, expediente que visa modificar dispositivo da Lei nº 5.573/92 com a redação dada pela Lei nº 5.831/93.

Respeitosos cumprimentos,

*José Sérgio Madruga*  
Des. JOAQUIM SÉRGIO MADRUGA

P R E S I D E N T E

Assessoria ao Plenário  
Constou no Expediente

Em 06 10 94  
[assinatura]  
Diretor da Ass. ao Plenário

Exmo. Senhor

Deputado GILVAN FREIRE

MD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado

N E S T A

=====

sf1/.

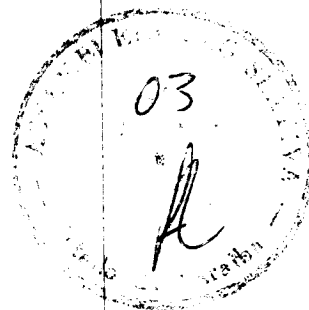
Ao Secretário Legislativo

Em 30 1 99 194

*[assinatura]*  
Jtapiam Botto Targino  
Secretário Geral



Poder Judiciário do Estado da Paraíba  
Tribunal de Justiça



PROJETO DE LEI Nº 133 / 94

MODIFICA DISPOSITIVO DA LEI Nº 5.573/92, COM A  
REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 5.831.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA decreta:

Art. 1º - O Inciso IV, do parágrafo 8º, do art. 2º, da Lei nº 5.573, de 29 de abril de 1992, com a redação dada pelo art. 3º, da Lei nº 5.831, de 20 de novembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º - .....

Parágrafo 8º - .....

I - .....

II - .....

III - .....

IV - Para o nível D, os que estejam cursando o nível superior; ou tenham vinte e um anos e um dia de serviço público.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de novembro de 1993.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES, em 28 de setembro de 1994.

  
Des. JOAQUIM SÉRGIO MADRUGA  
P R E S I D E N T E

Aprovado em Turpo único  
EM. 22 / 11 / 19 94

10 SECRETARIO



*Poder Judiciário do Estado da Paraíba*  
*Tribunal de Justiça*



**J U S T I F I C A T I V A**

Quando da feitura e aprovação, por este Egrégio Tribunal de Justiça, do anteprojeto de lei que, encaminhado e aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado, foi transformado na Lei nº 5.831, de 20 de dezembro de 1993, a redação dada ao inciso IV, do art. 2º, parágrafo 8º, foi exatamente a que se propõe no presente anteprojeto, isso porque em todos os demais incisos do mencionado parágrafo 8º, do art. 2º, - para se dar a ascensão do servidor, de um nível vertical para outro, - adotou-se como critério o tempo de serviço público ou o mérito do servidor.

Acontece que ao inciso IV da referida Lei, cuja alteração ora se propõe, foi dada redação diferente, ou seja, **"Para o nível D, os que estejam cursando nível superior; e tenham vinte e um anos e um dia de serviço público"**.

O texto vigente, pois, destoa do critério que inspirou a definição dos demais incisos, ou seja, incisos I, II, III e V, do referido artigo 2º da Lei 5.573/92 com a redação dada pela Lei nº 5.831/93 que, relativamente à promoção de um nível para outro, exige do servidor tenha ele o tempo de serviço ou o merecimento previsto em lei. Por que, então, e exclusivamente para a promoção ao nível D exigir-se o tempo de serviço e, ainda, que esteja cursando o nível superior? Impõe-se, pois, a correção do texto legal em vigor, na forma ora proposta, não só para evitar, como dito, a quebra da **mens legis**, como, ainda, por respeito ao princípio constitucional da isonomia.



ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
CASA DE EPITÁCIO PESSOA



registrado no livro de Plenário

às Fls. 133 do No 133/94  
em 06 / 10 / 94

publicado no Diário do poder  
Legislativo de 06 / 10 / 94

de 06 / 10 / 94

SECRETÁRIO

Remetido à Secretaria Legislativa

Em 06 / 10 / 94  
Américo B. Ribeiro  
Diretor da Ass. ao Plenário

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação

Em 14 / 10 / 94

Secretário Legislativo



ESTADO DA PARAÍBA  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**  
**CASA DE EPITÁCIO PESSOA**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO  
PROJETO DE LEI Nº 133/94

Modifica Dispositivo da Lei nº 5.573/92,  
com a Redação dada pela Lei nº 5.831/93.

AUTOR: DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATOR: DEPUTADO

Aprovado o Parecer em  
discussão única.

PARECER

Em 22/11/94

1º. SECRETÁRIO

**I - Relatório.**

A Assembléia Legislativa recebe para análise o Projeto de Lei nº 133/94, oriundo do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, que modifica Dispositivo da Lei nº 5.573/92, com a Redação dada pela Lei nº 5.831/93.

É o Relatório.

**II - Voto do Relator.**

Designado Relator desta proposição do Egrégio Tribunal de Justiça da Paraíba, passei a analisá-lo, e constatando que o mesmo vem em boa hora exercer um princípio de justiça, quando modifica o Inciso IV, do parágrafo 8º do Art. 2º da Lei nº 5.573, de 29 de abril de 1992, com a redação dada pelo Art. 3º da Lei nº 5.831, de 20 de novembro de 1993, dando-lhe nova redação, e fazendo com que sejam reparadas em benefício dos seus servidores distorções praticadas quando da aprovação daquela Lei.

A proposição está revestida de constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, o que apraz-me recomendar a meus ilustres pares a sua aprovação.

É o Voto.

Sala das Comissões, em de novembro de 1994.

RELATOR

**III - Parecer da Comissão.**

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação acata e recomenda a aprovação do Projeto de Lei nº 133/94, nos termos do voto do Senhor Relator.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em de novembro de 1994.

PRESIDENTE

RELATOR